



[ [Adam Smith \(1723-1790\)](#) ]

Com “A Riqueza das Nações”, Adam Smith se estabeleceu como a principal fonte do pensamento econômico contemporâneo. Dessa fonte beberam David Ricardo e Karl Marx no século XIX, além de Keynes e Friedman no século XX.

Adam Smith nasceu em um vilarejo em Kirkcaldy, na Escócia. Lá, sua mãe, viúva, o criou até que ingressasse na *Glasgow University*, aos quatorze anos, financiado por uma bolsa de estudos, como era a prática comum na época. Mais tarde, ele frequentou o *Balliol College*, em Oxford, se graduando com extenso conhecimento em literatura europeia e suportando o desprezo pelas escolas inglesas.

Ele voltou para casa, e, após ministrar uma série de palestras muito bem sucedidas, tornou-se professor. Primeiro, foi professor de lógica (1751) e mais tarde foi professor de filosofia moral (1752) na *Glasgow University*.

Smith deixou a academia em 1764 para ser tutor do jovem duque de Buccleuch. Por mais de dois anos eles viveram e viajaram juntos pela França e a Suíça, uma experiência que pôs Smith em contato com contemporâneos como Voltaire, Jean-Jacques Rousseau, François Quesnay e Anne-Robert-Jacques Turgot. Com a pensão que recebia por seu trabalho junto ao duque, Smith se retirou em Kirkcaldy, sua cidade natal, para escrever “A Riqueza das Nações”. O livro foi publicado em 1776, no mesmo ano em que a Declaração de Independência Americana foi assinada, e que David Hume, seu grande amigo, faleceu. Em 1778, ele foi nomeado diretor da alfândega. Esse trabalho o colocou em uma posição desconfortável, tendo de coibir o contrabando, atividade que foi defendida em “A Riqueza das Nações” como sendo legítima diante de uma legislação não natural. Adam Smith nunca se casou. Ele morreu em Edimburgo em 19 de julho de 1790.

Atualmente, a reputação de Smith se baseia em sua explicação de como o interesse próprio racional através de uma economia de livre mercado nos leva ao bem estar econômico. Pode vir a ser uma grande surpresa para aqueles que reduziram Smith ao papel de defensor de um individualismo cruel, saber que o seu primeiro grande trabalho tenha se concentrado na ética e na caridade. Na verdade, de acordo com John Millar, aluno de Smith na época em que ele lecionou na *Glasgow University*, os assuntos das palestras de Smith, em ordem de preferência, eram teologia natural, ética, jurisprudência e economia. Em “A Teoria dos Sentimentos Morais”, Smith escreveu: “Por mais egoísta que se possa admitir que seja um homem, existem evidentemente alguns princípios em sua natureza que o levam a se interessar pela sorte de outros e que tornam a felicidade destes necessária para ele, apesar de não ganhar nada a partir disso, a não ser o prazer de testemunhá-la”. [1]



Ao mesmo tempo, Smith tinha uma visão benigna a respeito do interesse próprio. Ele renegava a visão de que o amor próprio “era um princípio que nunca poderia ser virtuoso, em sob nenhum aspecto”. [2] Smith argumentava que viver seria difícil se nossas “afeições que, pela própria natureza de nosso ser, devem com frequência influenciar nossa conduta, não pudessem em ocasião alguma mostrarem-se virtuosas ou merecerem a estima e a admiração de qualquer pessoa”. [3]

Para Smith, a solidariedade e o interesse próprio não eram incompatíveis, mas complementares. “O homem, entretanto, tem necessidade quase constante da ajuda dos semelhantes, e é inútil esperar essa ajuda simplesmente da benevolência alheia”, explicou ele em “A Riqueza das Nações”. [4]

A caridade, embora seja um ato de virtude, não pode sozinha prover os itens fundamentais à vida. O interesse próprio era um mecanismo que poderia remediar essa desvantagem. Segundo Smith: “não é da benevolência do açougueiro, do cervejeiro ou do padeiro que esperamos por nosso jantar, mas da consideração que eles têm pelo seu próprio interesse” (ibid.).

Uma pessoa que obtém sua renda através de seu próprio trabalho beneficia a si própria. Porém, involuntariamente, ela também beneficia a sociedade, pois, para obter renda através de seu trabalho em um mercado competitivo, ela deve produzir algo que outros valorizam. Na eterna imagem de Adam Smith, “e orientando sua atividade de tal maneira que sua produção possa ser de maior valor, [o homem] visa apenas seu próprio ganho e, neste, como em muitos outros casos, é levado como que por uma mão invisível a promover um objetivo que não fazia parte de suas intenções”. [5]

A série de cinco livros de “A Riqueza das Nações” tentou revelar a natureza e as causas da prosperidade de uma nação. A principal causa da prosperidade, argumentava Smith, era o aumento da divisão do trabalho, como no famoso exemplo dos alfinetes. Ele afirmou que dez trabalhadores poderiam produzir 48 mil alfinetes por dia, caso cada uma das dezoito tarefas específicas fossem designadas a trabalhadores específicos. Produtividade média: 4.800 alfinetes por trabalhador por dia. Porém, sem a divisão do trabalho, um trabalhador produziria, com sorte, um alfinete por dia.

Como os indivíduos podem aplicar melhor o seu próprio trabalho ou qualquer outro recurso é o tema central no primeiro livro da série. Smith afirmava que um indivíduo investiria um recurso, por exemplo, a terra ou o trabalho, para obter a partir dele o maior retorno possível. Consequentemente, todos os usos desse recurso devem trazer uma taxa de retorno igual (ajustada ao risco relativo de cada empreendimento). Caso contrário, o resultado seria



a realocação. Essa ideia, escreveu George Stigler, é a afirmação central na teoria econômica. Em consonância com outra afirmação de Stigler, segundo a qual o criador de uma ideia nas ciências econômicas nunca leva o crédito, a ideia de Smith não era original. O economista francês Turgot dissera o mesmo em 1766.

Smith usou essa ideia da igualdade dos dividendos para explicar por que os níveis salariais eram diferentes. Os níveis podem ser mais altos, argumentava, para atividades que requeriam um aprendizado mais longo, porque as pessoas não iriam se dispor a aprendê-las caso não fossem compensadas com um salário mais alto. Desse pensamento se originou a noção moderna de capital humano. Da mesma forma, os níveis salariais seriam mais altos para aqueles que atuassem em profissões sujas e perigosas, como os mineiros, os açougueiros, ou mesmo como os carrascos, que realizam um trabalho detestável. Em suma, as diferenças dos trabalhos eram compensadas pelas diferenças dos salários. Os economistas modernos chamam essa ideia de Smith de teoria dos diferenciais compensatórios de salário.

Smith utilizou a economia numérica não apenas para explicar a produção de alfinetes ou as diferenças entre os salários dos açougueiros e dos carrascos, mas também para se dirigir às questões políticas mais urgentes daquele momento. No quarto livro de “A Riqueza das Nações” publicado, - lembre bem, em 1776 - Smith diz à Grã-Bretanha que as suas colônias americanas não valem o preço de sua manutenção. Vale a pena repetirmos o seu raciocínio a respeito do custo excessivamente alto do imperialismo britânico. Para mostrar Smith em seu melhor momento com os números e também para mostrar que a teoria econômica simples e clara pode levar a conclusões radicais:

Implantou-se um grande império para o único fim de criar uma nação de clientes obrigados a comprar nas lojas dos nossos diversos produtores todas as mercadorias que estes possam fornecer-lhes. Em atenção a esse pequeno aumento de preço que o referido monopólio poderia proporcionar aos nossos produtores, tem-se onerado os consumidores internos com toda a despesa para a manutenção e defesa daquele império. Para esse fim, e somente para ele, nas duas últimas guerras, gastaram-se mais de 200 milhões, contraindo-se uma nova dívida de mais de 170 milhões, além de tudo aquilo que se gastara em guerras anteriores, com a mesma finalidade. Os juros dessa dívida, por si só, ultrapassam não somente todo o lucro extraordinário que jamais se teria imaginado auferir com o monopólio do comércio colonial, mas também o valor integral desse comércio ou o valor total das mercadorias em média exportadas anualmente às colônias.[6]



Smith se opôs veementemente ao mercantilismo - a prática de se manter a balança comercial artificialmente positiva pela crença de que isso produziria riqueza. A vantagem primária do comércio, dizia, é que ele abre novos mercados para os produtos excedentes e também disponibiliza algumas mercadorias estrangeiras a um preço mais baixo do que as domésticas. Com isso, Smith lançou uma série de economistas de livre mercado e pavimentou o caminho para as teorias da vantagem comparativa de David Ricardo e John Stuart Mill, uma geração depois.

Às vezes, Adam Smith é caracterizado como alguém que não via papel algum para o governo na vida econômica. Na verdade, ele acreditava que o governo tinha um papel importante a desempenhar. Como a maioria dos defensores modernos do livre mercado, Smith acreditava que o governo deveria garantir o cumprimento de contratos, proteger as patentes e os direitos autorais e encorajar as invenções e as novas ideias. Ele também acreditava que o governo deveria fornecer serviços públicos, como estradas e pontes, que, presumia, gerariam retorno aos indivíduos que os fornecessem. Apesar disso, curiosamente, ele desejava que os usuários desses serviços públicos pagassem por eles, proporcionalmente ao seu uso.

Muitas pessoas acreditam que Smith defendeu as tarifas de retaliação. Uma tarifa retaliatória é cobrada, digamos, pelo governo do país A contra as importações do país B para retaliar as tarifas cobradas pelo governo do país B contra as importações do país A. É verdade que Smith achava que elas poderiam ser justificadas, mas ele estava bastante cético. Ele argumentou que causar dano adicional aos próprios cidadãos é um preço alto a pagar que tende a não compensar aqueles que foram prejudicados pela tarifa externa, ao mesmo tempo em que prejudica outros inocentes que não tiveram nenhum papel na formulação da política tarifária. Ele escreveu:

Pode haver uma boa política em retaliações desse tipo, quando houver uma probabilidade de que elas obterão a revogação dos altos deveres ou proibições denunciadas. A recuperação de um grande mercado externo geralmente irá mais do que compensar o inconveniente transitório de pagar mais caro durante um curto período de tempo por alguns tipos de mercadorias. Julgar se tais retaliações são suscetíveis de produzir tal efeito talvez não pertença tanto à ciência de um legislador, cujas deliberações devem ser regidas por princípios gerais que são sempre os mesmos, quanto à habilidade daquele insidioso e astuto animal, vulgarmente chamado de estadista ou político, cujos conselhos são dirigidos pelas flutuações momentâneas dos assuntos. Quando não há probabilidade de que tal revogação possa ser obtida, parece um método ruim de



compensar a injúria feita a certas classes de nosso povo de causar outro dano a nós mesmos, não apenas àquelas classes, mas a quase todas as outras classes. Quando nossos vizinhos proibem alguma fabricação nossa, geralmente proibimos, não apenas o mesmo, pois só isso raramente os afetaria consideravelmente, mas alguma outra fabricação deles. Isso pode, sem dúvida, incentivar algumas classes de trabalhadores em particular entre nós e, ao excluir alguns de seus rivais, pode capacitá-los a aumentar seu preço no mercado doméstico. Aqueles trabalhadores, no entanto, que sofreram com a proibição de nossos vizinhos, não serão beneficiados pelos nossos. Pelo contrário, eles e quase todas as outras classes de nossos cidadãos serão obrigados a pagar mais caro do que antes por certos bens. Toda lei desse tipo, portanto, impõe um imposto real sobre todo o país, não em favor daquela classe particular de trabalhadores que foram feridos pela proibição de nossos vizinhos, mas de alguma outra classe. (Uma investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações, par. IV.2.39)

Algumas das idéias de Smith são um testemunho da amplitude de sua imaginação. Hoje, o uso de *vouchers* nos programas que possibilitam aos pais escolherem a escola onde seus filhos estudarão são saudados como a maior novidade na reforma da educação pública. Mas foi Adam Smith quem falou sobre essa questão há mais de 200 anos:

Se os alunos dessas fundações de caridade tivessem a liberdade de escolher o colégio que achassem melhor, tal liberdade talvez pudesse contribuir para suscitar certa emulação entre os diversos colégios. Ao contrário, um regulamento que proibisse até mesmo os membros independentes de qualquer colégio específico de abandonar o colégio e ir para algum outro, sem antes solicitar e obter permissão para sair do colégio que pretendem abandonar, tenderia muito a acabar com a referida emulação.[7]

O próprio período de Smith como estudante em Oxford (1740-46), cujos professores, segundo ele, tinham desistido completamente até mesmo de fingir que ensinavam, deixou em Smith um despreso permanente por universidades como Cambridge e Oxford.

Os escritos de Adam Smith foram tanto uma investigação da ciência econômica, quanto um direcionamento político para a compreensão da riqueza das nações. Smith acreditava que o desenvolvimento econômico era mais bem estimulado em um ambiente de competição livre que operasse de acordo com “leis naturais”. Por ter sido o trabalho de Smith o mais



sistemático e abrangente estudo da economia até seu lançamento, o seu pensamento econômico se tornou a base da economia clássica. E por suas ideias ainda se manterem em um nível de relevância maior do que a de qualquer outro economista, Adam Smith é verdadeiramente o alfa e o ômega das ciências econômicas.

## Trabalhos selecionados

1759. [\*The Theory of Moral Sentiments\*](#). Editado por D. D. Raphael and A. L. Macfie. Oxford: Clarendon Press; New York: Oxford University Press, 1976.

1776. [\*An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations\*](#). Editado por Edwin Cannan. Chicago: University of Chicago Press, 1976.

## Notas

[1] Smith, 1759, part I, section I, chap. i, para. 1;

[2] Ibid., part VII, section II, chap. iii, para. 12;

[3] Ibid., part VII, section II, chap. iii, para. 18;

[4] Smith, 1776, book I, chap. ii, para. 2;

[5] Ibid., book IV, chap. ii, para. 9;

[6] Ibid., book IV, chap. viii, para. 53;

[7] Ibid., book V, chap. i, para. 140 [OUP article ii, para. 12];